

ATA DA 33ª (TRIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia 23 de outubro de dois mil e dezoito, sob a presidência do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às dezenove horas e dois minutos. Foi executado o Hino Nacional. A mensagem bíblica foi lida pelo Sr. Ver. Fábio de Paulo dos Reis (Fabinho Gasolina). Todos rezaram o Pai Nosso. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alaércio Rodrigues Luzia (Pastor Alaércio); Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz; Fábio de Paulo dos Reis (Fabinho Gasolina); Florisvaldo José de Souza (Valtinho); Joel da Silva Carvalho; Jose de Arimatéia Neves; José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neuza Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Roberto Margari de Souza e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). O Sr. Presidente disse que Processo de Lei Complementar nº 48/2018 foi elaborado em cumprimento a um Termo de Ajuste de Conduta celebrado com o Ministério Público; que este era o último TAC realizado em sua gestão; que agradecia a Dr.ª Sandra, promotora de justiça, pelo fato de nenhuma ação ter sido instaurada contra esta Casa. Não houve leitura de correspondências. A Ata da 32ª (Trigésima Segunda) Reunião Ordinária da 2ª (Segunda) Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 foi aprovada por unanimidade. O Sr. Ver. Rogério Nelis requereu a inserção na Ordem do Dia com votação em regime de urgência do Processo de Lei nº 183/2018, que denomina de “Geraldo Moreira Nelis” a praça da saúde do bairro Jardim Ipiranga. Requerimento APROVADO por unanimidade. Foram apresentados, sem discussões, e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a emissão dos devidos pareceres, os seguintes processos: **Processo de Lei Complementar nº 48/2018** – Extingue cargos do quadro de provimento em comissão, cria cargos no quadro de provimento efetivo e altera os anexos II e III da Lei Complementar n.º 050 de 18 de dezembro 2008 que “Dispõe sobre a estrutura administrativa, estabelece o quadro de cargos, funções e respectiva remuneração da Câmara Municipal de Patrocínio.”(autor: Mesa Diretora); **Processo de Decreto Legislativo nº 112/2018** – Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Marcelo de Carvalho Ribeiro (autor: Ver. José Roberto dos Santos); **Processo de Decreto Legislativo nº 113/2018** – Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Daniel Victor Costa (autor: Vereador Adriana de Paula); **Processo de Decreto Legislativo nº 114/2018** – Concede Título de Cidadão Benemérito ao Sr. José Carlos dos Anjos (autor: Ver. Thiago Malagoli); **Processo de Decreto Legislativo nº 115/2018** – Concede Título de Cidadão Benemérito ao Pastor Daniel Delegu (autor: Ver. Thiago Malagoli); **Processo de Resolução nº 18/2018** – Altera o inc. I do art. 166 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Patrocínio. (autores: Marcilene Jacinto, Pastor Alércio, Roberto Margari, Florisvaldo José e Raquel Rezende). **ORDEM DO DIA. 1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Processo de Decreto Legislativo nº 110/2018** – Concede Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Emerson Caixeta (autor: Pastor Alaércio). Pareceres pela tramitação. Processo APROVADO por unanimidade. **Processo de Decreto Legislativo nº 111/2018** – Concede Título de Cidadão Honorário

ao Sr. Elias Moreira Sena (autor: Pastor Alaércio). Pareceres pela tramitação. Processo APROVADO por unanimidade. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. Processo de Lei nº 183/2018**, que denomina de “Geraldo Moreira Nelis” a praça da saúde do bairro Jardim Ipiranga. (autor: Ver. Rogério Nelis). **Pareceres** pela tramitação. Em Regime de Urgência com requerimento já APROVADO. **Processo APROVADO** por unanimidade. Foram APROVADAS, em bloco e por unanimidade, as seguintes **INDICAÇÕES**: De autoria da Sr.ª Ver.ª Marcilene Jacinto Queiroz: nº 769/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Sr. Secretário Municipal de Educação solicitando a aquisição de ventiladores para as Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil; nº 770/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando o encaminhamento a esta Casa de Leis das alterações do Plano Diretor; nº 771/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a concessão de novo prazo referente à Lei nº 4.755/2014. De autoria do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho): nº 772/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando providências junto à Secretaria competente a instalação de placas com nomenclatura de ruas nos bairros Jardim Eldorado e Jardim Califórnia; nº 773/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando providências junto aos Srs. Secretários Municipais de Esportes e de Obras para que seja construída uma Praça da Saúde na Comunidade de Macaúbas de Cima. De autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº 774/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a análise da viabilidade de envio a esta Casa de Leis de um projeto de lei que disponha sobre a acessibilidade escolar para alunos portadores de deficiência física e/ou reduzida nos estabelecimentos de ensino do município. De autoria do Sr. Ver. Roberto Margari: nº 775/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando providências junto à Secretaria competente para que seja recapeada a rua Amélia Angélica do Nascimento no trecho entre as Ruas Paulo Arantes e Major Tobias; nº 776/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a reforma e a revitalização do prédio histórico da antiga Estação Ferroviária, transformando-o em Museu Ferroviário; nº 777/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando o envio a esta Casa do Plano Municipal de Segurança Pública contemplando cidadãos patrocínenses com políticas eficientes e resolutivas. Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes **MOCÇÕES DE APLAUSOS**: De autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº 292/2018, aos alunos Carlos Daniel Cunha, Camila Bouzan Rodrigues, Mariana Cristina Pereira Marques, Maria Eduarda Santos Borges, Yasmin Noêmia da Silva, e à professora Mirian das Dores Silva Santos, da Escola Municipal João Beraldo pela premiação no 2º lugar, categoria “curta metragem”, do Prêmio MPT na Escola 2018 – Etapa Estadual; nº 293/2018, à aluna Júlia Santos Alves de Oliveira e à professora Juliana Gonçalves Passos de Andrade, da Escola Municipal Dona Mulata pela premiação no 1º lugar, categoria “conto”, do Prêmio MPT na Escola 2018 – Etapa Estadual; nº 294/2018, aos alunos Gustavo Dias da Silva e Marcos Vinicius Cardoso, e às professoras Cláudia Resende e Raquel Rodrigues, da Escola Municipal Afrânio Amaral pela premiação no 3º lugar, categoria “desenho”, do Prêmio MPT na Escola 2018 – Etapa Estadual; nº 295/2018, ao Sr. Marco Antônio de Castro pela excelência e competência em seu trabalho, qualificando ainda mais a produção de café no município; nº 296/2018, aos produtores Lázaro Ribeiro e Gustavo

Ribeiro pelo lote especial de café produzido manualmente na Fazenda Congonhas, lançado na Edição do Projeto Café Autoral; nº **297/2018**, aos alunos da Escola Estadual Irmã Gislene pelo recente lançamento oficial do Livro “Irmã Gislene em Poesias”; nº **298/2018**, à ONG CERVIVO pelo lançamento do Projeto “Ser Vivo sem Lixo”, visando uma ação de proteção ao ambiente e qualidade de vida à população patrocínense. O Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho), como Vice-Presidente desta Casa, assumiu os trabalhos legislativos para que o Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli fazer uso do Grande Expediente. **GRANDE EXPEDIENTE.** O Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli disse que lhe questionam se estava brigado com o Prefeito; que em primeiro lugar é um vereador, cuja função é fiscalizar; que nada tem contra ele, sendo, inclusive, seu amigo íntimo, admirando-o e respeitando-o; que nos últimos dias o Prefeito foi mal assessorado; que ele nunca foi a gabinetes de outros vereadores fazer “picuinha”; que sempre estará à disposição do Deiró; que nada tem contra a vereadora Marcilene, sendo que seus problemas são com pessoas do grupo dela; que quer continuar vereador, não tendo interesse ser Secretário; que parabenizava todos os diretores das creches municipais, bem como o Prefeito e o Procurado Jurídico; que a Constituição Federal determina a responsabilidade solidária do Estado e Município pela educação infantil; que parabenizava a Tereza, servidora desta Casa, por ter resolvido amigavelmente o problema referente ao pagamento dos salários; que hoje várias empresas trabalham trancadas por medo da violência; que Patrocínio está entre as 50 (cinquenta) cidades mais violentas do mundo; que alguns vereadores ao invés de lutar pela segurança têm falado mal do outro e solicitando serviços fora de sua função; que foi eleito por seus eleitores e na “sua” cadeira somente se sentará quem for eleito legitimamente; que é preciso cobrar a mobilização por parte dos deputados eleitos; que juntamente com o Weliton Prado conseguiu 4 (quatro) efetivos para a polícia; que a segurança é dever da União, dos Estados e dos Municípios; que a função da Administração não é multar a população de forma exarcebada, mas cuidar da segurança; que Patrocínio tem uma carga tributária altíssima enquanto os empresários trabalham por detrás das grades e com circuitos internos/externos de câmeras; que é preciso discutir e buscar soluções em conjunto; que a Secretária de Trânsito virou um “comércio”, penalizando o povo com tantas multas; que não estão sendo feitas palestras nas escolas; que no final de seu mandato de Presidente têm tentado tumultuar esta Casa; que nestas eleições o povo mudou o perfil dos candidatos escolhidos; que vereador não tem a função de ir atrás de patrôas ou barracas de igrejas; que os outdoors colocados pela cidade pela Administração têm mensagens subliminares; que o Prefeito fará várias mudanças dignas de aplausos em breve. O Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli reassumir os trabalhos legislativos. O Sr. Ver. José Roberto dos Santos (Salitre) disse que esteve em 3 (três) reuniões com o Prefeito e o Delegado Regional Dr. Valter André; que Patrocínio está sem políticos que corram atrás de mais efetivo policial. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que tem dito desde o ano passado sobre o exagero nas multas; que deveriam transformar os agentes de trânsito em guardas municipais; que não entendeu o que o vereador Valtinho quis dizer sobre ele e o Presidente em entrevista na rádio essa semana; que a criminalidade está alta e é preciso

tomar uma atitude; que se o Prefeito for realmente mudar sua assessoria poderá haver melhorias; que o vereador tem de fiscalizar a trabalhar em prol do povo. A Sr.^a Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz disse que não é preciso ensinar os vereadores as suas funções; que cada um tem sua maneira de trabalhar; que todos têm ciência dos problemas de segurança pública; que vários fatores influenciam a insegurança, como o fato de termos no município uma Penitenciária e a ausência de efetivo policial; que embora o 46º Batalhão da Polícia Militar seja referência, ainda estamos com poucos policiais; que realmente é preciso buscar soluções; que uma de suas propostas de campanha era trazer a Delegacia Rural, apesar de não termos ainda uma Delegacia adequada em termos de recursos humanos; que podemos tentar melhorar através da Secretária de Trânsito e Transportes; que a sensação é de incapacidade; que participou de todo o processo referente aos Centros de Educação Infantil - CEI e buscou esclarecimentos sobre o motivo pelo qual não foi efetivado o repasse do FUNDEB; que a Administração já tomou as providências jurídicas adequadas; que as transferências precisam ser justificadas; que algumas creches foram municipalizadas, sendo que com as demais foi celebrado um convênio; que há um atraso de cerca de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); que se o município puder efetuar o pagamento com recursos próprios será feito; que é preciso buscar uma resposta digna para as mães e os professores; que respeita a forma de trabalho de cada um nesta Casa; que se o eleitor faz algum pedido ou alguma reclamação diante do vereador é preciso tentar solucionar e dar uma justificativa. O Sr. Presidente disse que a vereadora Marcilene se contradiz em vários momentos; que gostaria de saber quais os pedidos do município em relação às providências jurídicas; que respeita o posicionamento de todos; que o Presidente do partido dela foi quem lhe ameaçou de morte; que não acredita que a Administração agora solucionará o problema relacionado às creches; que já poderiam ter resolvido a situação há muito tempo; que por vários momentos esta Casa se reuniu extraordinariamente para motivos sem tanta importância quanto a educação; que a Administração não deveria ter deixado chegar nesta situação, uma vez que hoje tem dinheiro; que quanto ao pagamento dos professores o município ingressou com ação com pedido de liminar tão somente para ser reembolsado quando o dinheiro chegasse; que os servidores da Prefeitura foram pressionados para trabalharem na campanha da vereadora enquanto atrapalhavam o Gustavo; que nada tem contra a vereadora Marcilene, mas que tudo o que ela disse é mentira. A Sr.^a Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz disse que não se justificará; que o pedido de reembolso foi pelo fato de que o dinheiro será retirado de algum outro lugar para pagar o professor; que como vereador é preciso ter-se ciência da forma como os recursos são divididos para serem aplicados. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que até o ano de 2008 havia o Fundo de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP; que hoje existe o Fundo da Educação e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB; que desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 houve um avanço ao determinar que o município seja o responsável pela educação infantil; que os recursos do FUNDEB são somente para complementação; que a justificativa de falta de pagamento dos professores por falta do repasse não é plausível. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que hoje viu o debate do verdadeiro “Thiago”; que

o vereador precisa usar a palavra para defender o povo, não para elogiar; que todo início de ano são apresentados dados no sentido de melhorias, porém de forma manipulada; que o Estado como um todo está “quebrado”; que realmente a violência em Patrocínio está elevada; que a sensação de insegurança está geral; que o vereador Salitre quer dar Título de Cidadão Honorário para um Major que nem chegou na cidade ainda, ou seja, não fez nada de relevante para a sociedade; que gostaria de saber qual atitude o Prefeito está tendo para melhorar a segurança pública; que a Administração nada tem feito pelo dependente químico; que é preciso debater e agir para combater a violência; que pode até ser que o repasse do FUNDEB seja insuficiente, mas que até essa semana já entrou na conta da Prefeitura mais de R\$ 300.000.000,00 (trezentos mil reais). O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia disse que a função do político é cuidar das pessoas, defendendo os interesses do povo; que entrou em contato com o deputado estadual Noraldino Junior, que se dispôs a ajudar a trazer efetivo policial para o município, mas que o Governador Fernando Pimentel disse que não o ajudaria pelo fato dele não o estar apoiando na campanha; que tudo que a população leva até ele, tenta buscar uma solução; que ainda está aprendendo, mas que sempre lutará pelo povo. A Sr.^a Ver.^a Neusa Mendes disse que os parlamentares, com como todo o funcionalismo público, precisam melhorar em relação aos seus erros; que respeita todos os vereadores e sabe que cada um tem um jeito de fazer política; que é preciso estar atento aos interesses da sociedade; que a Secretaria de Trânsito tem muitos pontos positivos; que foram feitas palestras nas escolas, bem como blitz educativas no trânsito; que nas reuniões com o Prefeito tem sido dito aos agentes de trânsito para que eles seja educadores; que ninguém tem sido penalizado por agir corretamente; que hoje muito tem-se visto os carros pararem nas faixas para que os pedestres tenham prioridade; que quanto ao repasse do FUNDEB em momento algum é retirada do município a sua responsabilidade pela educação infantil; que o pedido de liminar para que haja reembolso é necessário porque para efetuar o pagamento será retirada verba de outro lugar; que é preciso haver autorização judicial para a utilizada de verba própria porque caso contrário não haverá reposição; que o repasse não tem sido feito em todo o Estado; que há um crédito com o Estado de mais de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais); que a violência tem sido assustadora realmente; que os criminosos sabem que o município está sem efetivo policial; que todos estão fazendo seus próprios pedidos junto a seus deputados; que vários são os fatores responsáveis pelo aumento desta violência; que os dependentes químicos estão sendo atendidos de forma adequada; que o Presidente precisa zelar pelos vereadores, não detoná-los; que não há nenhum vagabundo nesta Casa, sendo que cada um trabalho do seu jeito. O Sr. Ver. Rogério Nelis disse que não tem visto a Secretaria de Cultura atuar de forma adequada; que as crianças estão vulneráveis diante do aliciamento para a criminalidade; que é preciso agir na prevenção. O Sr. Ver. Fábio de Paulo dos Reis (Fabinho Gasolina) disse que nos últimos anos o índice de criminalidade tem aumentado no município; que a Secretaria de Esporte tem procurado tirar as crianças das ruas com alguns projetos; que a Polícia Militar e a Civil tem feito seu trabalho, mas que muitas vezes as leis não ajudam; que dos 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios mineiros 573 (quinhentos e setenta

e três) ficarão com endividados; que a Greyce Elias será uma grande força para o município; que a criminalidade tem atingido agudamente os adolescentes. O Sr. Ver. Rogério Nelis disse que são necessários projetos mais eficazes para as crianças e de longo prazo, não temporários somente; que o esporte e a cultura podem impedir as crianças e os adolescentes de entrarem para o crime; que a Secretaria de Cultura não tem agido nos bairros; que gostaria que esta Casa convidasse a Secretária de Cultura para vir prestar informações sobre suas ações no município. O Sr. Presidente disse que foi feita uma explanação muito bonita pela Secretaria de Cultura, mas que o trabalho tem sido feito somente no centro, não nos bairros; que da mesma forma tem agido a Secretaria de Esportes; que o dever por zelar pela segurança é compartilhado entre o Estado e o Município; que esta Casa passou a arrecadação municipal de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) para R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); que os problemas municipais têm atrapalhado suas benfeitorias; que é preciso cuidar das pessoas ao invés de fazer tantas obras físicas; que se se soubesse que “cutucar” o Prefeito não melhora as coisas, não “cutucaria”; que fala na expectativa de ver melhoras; que não fica chateado com o posicionamento dos colegas. O Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho) disse que participou nesta Casa com os Delegados e pôde perceber que a questão é política; que gostar de trabalhar com o social; que faltam 18 (dezoito) policiais e 5 (cinco) delegados na cidade; que a questão somente será resolvida quando o Governo novo tomar posse; que se dispõe a ir novamente em Belo Horizonte; que a situação de violência realmente está crítica; que acredita que com a eleição da Greyce buscarão solucionar os problemas de segurança pública; que o Prefeito resolverá a questão das creches com ou sem os recursos do FUNDEB; que há 8 (oito) anos luta pela construção de passeios junto à linha férrea, que também se trata de segurança pública; que também luta pela iluminação até a Gruta de Santos Reis. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que discorda das comparações realizadas entre os vereadores; que na última reunião foram aprovadas indicações advindas da Ouvidoria solicitando a presença dos agentes de trânsito na porta das escolas; que os serviços de fiscalização são feitos em 3 (três) turnos; que os agentes deram apoio a todas as festividades realizadas no município; que foi feito um trabalho pelas Secretarias de Segurança Pública e de Assistência Social de retirada de mais de 800 (oitocentas) pessoas das ruas, alguns sendo enviados para tratamento de saúde; que em cumprimento à lei recentemente aprovada estão sendo retiradas das ruas as sucatas; que existem “os inimigos” tanto do calçadão quanto do estacionamento rotativo; que cada vereador tem sua forma de trabalhar; que o problema da segurança pública é responsabilidade do Estado, sendo que o Município tem feito sua parte; que é preciso implantar a Guarda Municipal, cuja função é zelar pelo patrimônio público, dentre outras, mas não averiguar crimes. O Sr. Presidente disse que gostaria de saber se a Secretaria tem um plano de segurança pública; que a Guarda Municipal pode fazer mais do que cuidar do patrimônio público; que não se pode fazer comparações com situações à época em que o município não tinha a arrecadação que tem hoje; que se as empresas atualmente têm uma carga tributária mais elevada não há motivo para não lhes oferecer maior segurança, seja com câmeras de monitoramento ou recursos humanos; que o Conselho de Segurança

iniciou seus trabalhos sem qualquer apoio da Administração, nem mesmo uma parceria; que a população não gosta da forma pela qual os agentes de trânsito lhe aborda; que não é contra a pessoa dos agentes, mas que precisa mostrar o pensamento do povo; que os assessores do Prefeito têm dado informações equivocadas para ele; que os fatos apresentados pelo vereador Roberto Margari não condizem com a realidade, uma vez que a sociedade não se sente segura. O Sr. Ver. Roberto Margari disse ser preciso inicialmente apresentar o plano ao Estado; que o Sr. Presidente poderia apresentar o mencionado plano; que os fatos por ele apresentados são verídicos e reais. O Sr. Presidente disse que vereador não tem competência para apresentar projetos que tratem sobre matéria financeira; que as câmeras de segurança que estão sendo instaladas pelo Conselho de Segurança sem qualquer apoio do município faz parte do programa de governa mostrado à sociedade na época da campanha; que já ouviu dizer que a forma de abordagem dos agentes de trânsito não é a mesma realizada pela Polícia Militar, em questão de respeito; que a Secretaria de Segurança pode ter diminuído as mortes em consequência de acidentes de trânsito, mas que nada fez em relação ao elevado número de homicídios; que demorou para concordar publicamente que Patrocínio se transformou em um comércio de multas. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que por 6 (seis) anos o vereador Margari fez um curso online no seu horário de trabalho na Secretaria de Urbanismo; que em 2018 a Secretaria de Trânsito já arrecadou quase R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) com as multas; que há 3 (três) meses as creches não recebem; que somente após ameaças em devolver as crianças aos pais o Prefeito decide resolver a situação que poderia ter sido solucionada há muito tempo; que a assessora do vereador Roberto Margari realiza serviços pessoais para ele aqui nesta Casa; que ele precisa mesmo “puxar saco” do Secretário de Trânsito, senão perde a suplência do cargo de vereador; que a retirada de sucata das ruas não impede a prática de homicídios; que os agentes de trânsito têm metas a serem seguidas sob pena de serem dispensados; que o Prefeito precisa reconhecer sua péssima assessoria; que na Prefeitura há pessoas cobrando as promessas de cargos feitas na campanha; que estão sendo apresentados projetos de praças enquanto a segurança pública está um caos e nada se faz pelas creches, pela educação e pelas “fazendinhas” que tratam dos dependentes químicos. O Sr. Presidente disse que não têm sido feitas internações voluntárias, mas que a partir de 2019 buscará consegui-las via judiciário; que não quer ver nenhuma família sofrendo o mesmo que seus pais; que a cada 10 (dez) usuários de craque apenas 1 (um) consegue se tratar; que o tratamento nas “fazendinhas” é bom, mas somente paliativo, além de ser local aberto; que ele não teve condições de internar amigos que lhe pediram ajuda; que é agradecido por tudo que aprendeu nesta Casa, mas que o ônus é muito grande; que continuará trabalhando em favor dos dependentes químicos e que no momento adequado buscará o apoio do Dr. Serlon; que gostaria de ter os dados referentes à quantidade de internações realizadas no governo anterior e no atual; que acredita que não tenham tido nem 10 (dez) internações involuntárias; que judicialmente ele conseguiu quase 200 (duzentas). O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as)

presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em 23 de outubro de dois mil e dezoito.

Andréia Côrtes Pereira Queiroz